

ATA N.º 293

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco , no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Desafetação de um Caminho do Domínio Público-----
 - 3.3 Prestação de Contas de 2024-----
 - 3.4 Inventário e Cadastro em 31-12-2024-----
 - 3.5 Mapa de Pessoal de 2025 – 1ª Alteração-----
 - 3.6 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues de Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----

----- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz,

António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho e José Manuel Barbosa de Almeida e Costa.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa, bem como o Diretor de Departamento.-----

Foram registadas as seguintes faltas: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro; Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, que foi substituído por Adérito Soares e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares. Foi registada, ainda, a falta de Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, que terá 5 dias úteis para apresentar a sua justificação de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 14º do Regimento da Assembleia Municipal. O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava fazer alguma intervenção ou se pretendia algum esclarecimento. Não havendo, disse considerar as faltas justificadas e aferida a legitimidade dos respetivos substitutos.-----

Antes de entrar na ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou ter sido acordado, em reunião de líderes, submeter à apreciação do órgão deliberativo um voto de pesar, associado com um minuto de silêncio, pelo falecimento do Papa. Referiu que, ainda que o Regimento estabelecesse que os votos de pesar deveriam ser apreciados e votados no período de antes da ordem do dia, considerava fazer mais sentido fazê-lo antes de entrar na ordem de trabalhos. Assim, perguntou se alguém via alguma objeção àquela alteração. Não havendo, apresentou a seguinte proposta do voto de pesar:-----

“Voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, sublinhando o seu pontificado e o legado de um homem simples, um Papa do povo com uma humildade e um sentido de acolhimento e de inclusão dos mais desfavorecidos, assim reconhecido por todos os quadrantes e credos. Esta proposta prevê associar a este voto de pesar um minuto de silêncio em memória e reconhecimento do Papa Francisco.”-----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém desejava intervir sobre a proposta apresentada. Não havendo, passou-se à votação do voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De seguida, foi cumprido o minuto de silêncio de pé.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 292 de 21 de fevereiro de 2025:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções. Não havendo qualquer intervenção a registar, foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Adérito Soares, Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Maria Pereira, Maria Oliveira, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Vanessa Loureiro. Os membros Alexandre Tavares, David Alves, Elga Silva e Tânia Pinheiro não votaram a ata por terem chegado mais tarde.-----

1.2 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Convite - Rota da Lampreia e da Vitela 2025;-----
- Reunião dos Representantes dos Grupos Municipais - Substituição;-----
- Ofício do PCM ao PAM sobre e-mail de António Dias;-----
- Ofício do PCM ao PAM sobre requerimento de António Dias;-----
- e-mail de António Dias sobre cedência de terrenos;-----
- Conferência Internacional Saúde Mental Comunitária;-----
- Prémios ANAM 2025;-----
- Ofício ao Vouga Sport Clube a remeter Voto de Louvor;-----
- Convite Exposição Reservas & Relíquias;-----
- Inquérito sobre a organização e funcionamento das assembleias municipais 2024;-----
- Convite para Tomada de Posse dos Órgãos Estatutários da Região Centro da OET;-----
- Convite - Festival dos Moinhos de Portugal;-----
- Convite Rota das Laranjeiras 2025;-----
- Pedido de Revisão das Ruas da UF Cedrim e Paradela;-----
- Convite Concerto de Páscoa;-----
- Convite - Apresentação do Livro Infantil O Tesouro das Montanhas Mágicas em Sever do Vouga.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota de algumas participações e eventos onde esteve presente e onde a Mesa esteve representada:-----

Em fevereiro:-----

- Visita do senhor Secretário de Estado do Turismo, no âmbito da Rede Colaborativa, com os agentes locais de turismo, a convite do Presidente da Câmara Municipal;-----
- Visita da senhora Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, nos Paços do Concelho, com as diversas IPSS do concelho, a convite do Presidente da Câmara Municipal.-----

Em março:-----

- Abertura da Rota da Lampreia e da Vitela, onde a Mesa esteve representada pela Secretária Ana Silva;-----
- Abertura do Festival das Camélias, onde a Mesa esteve representada pela Secretária Ana Silva;-----
- Entrega de diplomas aos restaurantes aderentes à Rota da Lampreia e da Vitela, com a Vereadora Paula Coutinho;-----
- Concerto da BUMP e da Filarmónica Severense de consagração às árvores, a convite da Vereadora Paula Coutinho.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Relativamente a correspondência, não tenho nada de relevante para destacar, pedindo apenas desculpa ao senhor António Dias, Presidente da Junta de Talhadas, por um pedido de informação que ele me fez na última assembleia que eu não tomei a devida nota e que não foi feito, será feito agora, já tive a oportunidade de lhe pedir desculpas por isto. Queria também, neste ponto, deixar aqui um esclarecimento definitivo a propósito das auditorias e das participações das auditorias. Foi-me dado conhecimento, logo a seguir à última assembleia, de uma publicação, creio que da Renata Marques, onde punha aqui, de alguma forma, em causa a minha pessoa que lhe terá dado determinadas informações e o que apareceu nesta nota, a meu ver, não corresponde à realidade e, por isso, esse meu esclarecimento. O que foi dito aqui, quer na última reunião pelo senhor presidente da Câmara, quer anteriormente, na reunião anterior, por mim, a solicitação do senhor João Oliveira, é que todos os despachos, todas as notificações de que a Câmara foi notificada e de que a assembleia teve conhecimento, foi-vos transmitido sempre em correspondência e o que eu tive o cuidado de explicar à Renata Marques, no final da última reunião, particularmente, foi que tinham existido despachos de arquivamento, de que todos têm conhecimento, relativamente a processos de

irregularidades de processos de obras que, entretanto, foram regularizados e, por isso, foram arquivados. Portanto, este é o conhecimento que nós temos. Não mais do que isto. E que fique definitivamente esclarecido que tudo o que chega em correspondência é-vos transmitido. Sobre correspondência e estas questões, alguém deseja intervir? Vamos passar, então, ao Período de Antes da Ordem do Dia. Estão abertas as inscrições.-----

-----**2 – Período de Antes da Ordem do Dia**-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Queria começar por o cumprimentar a si e à restante Mesa. Cumprimentar a Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente extensível, evidentemente, a todos os vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta e público aqui presente. Queria, num ponto prévio à minha intervenção, apenas voltar atrás àquilo que foi o voto de pesar, na sequência de uma sugestão que foi feita na conferência de líderes, que é a de que seja este voto enviado à embaixada da Santa Sé em Portugal que é a Nunciatura Apostólica. Desse modo, dando o testemunho público e institucional do pesar do Município de Sever do Vouga para que o mesmo seja comunicado e que penso que haverá acordo do senhor Presidente para assim o proceder também, mas desta forma, sendo assim, todos ficam, também, informados. Depois, do ponto de vista daquilo que é este período da ordem do dia, numa reunião que tem um grande documento a ser debatido, que é a prestação de contas, e que, no fundo, tem a ver com o ano que passou. A próxima prestação de contas já só será discutida no próximo mandato com quem aqui estiver. Não irei adiantar essa discussão, mas esta é, sem dúvida, uma reunião importante em termos de calendário. Sabemos que as próximas reuniões, provavelmente, já estarão contaminadas por aquilo que será o processo eleitoral autárquico. Nesta, nós ainda estamos a tempo de pensar e de refletir. E, por isso, quero aproveitar essa oportunidade. Eu acho que a primeira preocupação das autarquias é cuidar das pessoas e aquilo que nós podemos fazer, enquanto autarcas, aquela que é a nossa função mais nobre é a de podermos transformar a parcela de poder que temos, seja como deputado municipal, seja como Presidente de Junta, seja como vereador da maioria, da oposição, seja como presidente da Câmara, é transformar essa parcela de serviço, essa parcela de poder, em serviço às pessoas. E, muitas vezes, aquilo que são as preocupações das pessoas são urgentes e isso prende-se com questões que têm a ver com a saúde, com as acessibilidades, com a habitação e essas preocupações que são preocupações que as pessoas têm, às quais nós temos que dar resposta, é importante que também não nos façam esquecer aquilo que é, às vezes, importante e que é estratégico em relação ao município. E eu estou a falar nisto porque quero aproveitar esta oportunidade porque, quando nós olhamos para Sever do Vouga, para aquilo que são as suas dificuldades em termos demográficos, o envelhecimento da população, não podemos pensar que estaremos aliados daquilo que são os movimentos e as consequências daquilo que se passa no resto do país onde também há envelhecimento demográfico e onde se está a assistir a uma vaga de imigração para colmatar esse envelhecimento e que tem necessidade de ser devidamente preparado o acolhimento e a integração dessas pessoas para não termos, depois, problemas mais à frente. Os serviços públicos estão, ou é preciso que sejam pensados de forma a poderem fazer essa integração. É importante também, quando olhamos para Sever do Vouga, pensar que um concelho que era, essencialmente, há muitos anos atrás, a produção florestal, agroflorestal que depois, com a indústria metalomecânica criou mais um cluster, com os mirtilos criou outro cluster, que tem que valorizar aquilo que é o turismo e aquilo que é o papel importantíssimo que tem a barragem e que tem o rio enquanto elemento de valorização do concelho. E, aí, há uma prestação de contas que me cabe a mim fazer, enquanto representante deste concelho e desta assembleia municipal, na CIRA, que não vi, ainda, na prestação de contas do senhor Presidente, mas que acho que é importante que ponhamos já, ou começemos a pensar já nisso, é que nós sabemos que, enquanto município, e isso consta da prestação de contas,

nós participamos em diversas entidades. Na última reunião da CIRA, e aliás, já tinha sido abordado o tema antes, nós temos uma evolução importante daquilo que era a Polis Ria. A Polis Ria era uma sociedade participada pelo Estado, e por algumas autarquias, e que cuidava, ou tinha como objetivo cuidar, da ria. Neste momento, essa sociedade foi extinta e foi transformada numa nova sociedade chamada Ria Viva, que não tem apenas como objeto a ria, que passa a ter também o rio e irá envolver não apenas as autarquias que faziam parte do projeto inicial, e passará, também, a incluir a autarquia de Sever do Vouga. Nós vamos participar no capital dessa sociedade enquanto autarquia, também, e será importante estarmos atentos àquilo que é a defesa do rio e dos investimentos no rio porque, obviamente, aquilo que é o funcionamento dessa sociedade estava, essencialmente, virada para a gestão da água na ria e essa é uma evolução importante. Vai passar a ser um importante protagonista na intervenção do rio e esses investimentos que estarão previstos e que constarão do programa e que já será para o próximo mandato, não para este, mês esse investimento que, evidentemente, essa sociedade terá que fazer, a participação de capital que Sever do Vouga terá também que fazer, tudo isso são matérias que parecem distantes a todos nós, neste momento, mas são matérias sobre as quais nós temos que refletir, temos que ponderar, e teremos que pensar em aprovisionar porque será necessário olhar para essa realidade que está, neste momento, constituída e da qual nós participamos. Portanto, olhando para aquilo que é a importância da água enquanto elemento importante para aquilo que é a dinamização do turismo no concelho, olhando também para a água para um outro cluster, se quisermos usar esta expressão, que é a questão da energia, ou seja, nós, durante muitos anos, olhámos para a barragem como uma realidade que estava a ser construída e com os seus impactos, neste momento Sever do Vouga é produtora de energia renovável, ou coprodutor, melhor dizendo, de energia renovável através dessa barragem e aquilo que durante muitos anos acabou por ser feito, que foi, apesar de estar decidido que era necessário pagarem impostos aqui no concelho relativamente àquilo que era a produção da energia elétrica naquela barragem, e apesar dos truques e adiamentos que foram utilizados durante anos para que Sever do Vouga não fosse devidamente compensado em termos tributários dessa mesma produção, é algo que nós não podemos esquecer e que devemos estar atentos para defender os interesses do nosso concelho. Portanto, como disse, esta minha intervenção visou aqui enunciar um conjunto de questões que são importantes e que, embora pareçam estar mais distantes, são essenciais para que possamos cuidar das pessoas de Sever e essa é a nossa, e deve ser, a nossa primeira preocupação. Muito obrigado a todos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. Muito obrigado por ter referido a questão do voto de pesar e o seu envio à Nunciatura Apostólica, eu esqueci de referir, portanto, isso será enviado obviamente, não havendo oposição da vossa parte, creio que não. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Camara Municipal e restante executivo, senhores deputados, presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Como sabem, não estive na última assembleia. Confesso que ao ver a gravação não gostei de algumas intervenções que, na minha modesta opinião, foram de uma grande falta de respeito pelos presentes e pelos severenses que nos elegeram. Quem ganhou com isso? Todos perdemos. Não é com atitudes como as que ocorreram na última sessão que dignificamos esta assembleia. Peço a todos os presentes que se concentrem naquilo que nos trouxe aqui hoje e que nos respeitemos uns aos outros e evitemos comentários desnecessários, despropositados e provocantes. A propósito do que acabo de referir, quero recordar-vos que amanhã festejamos mais um aniversário do 25 de Abril. Democracia e Liberdade são sinónimos de tolerância e de respeito pelos outros. Depois deste ponto prévio quero dizer-vos que foi com agrado que constatei as alterações havidas no boletim municipal de dezembro de 2024, relativamente ao boletim municipal anterior. Nele foram introduzidas notícias do dia-a-dia do concelho, como a cultura, a

educação, o desporto, o turismo e o empreendedorismo, que não constavam na anterior edição. Atividades estas que ocuparam muitos cidadãos severenses e que merecem a sua divulgação e o reconhecimento de quem nelas se empenhou. Agrada-me constatar que as observações que fiz à anterior edição deste Boletim não caíram em saco roto e, com isso, com a publicitação dos temas atrás referidos, ganhamos todos. As Auditorias Forenses ocuparam uma parte muito significativa desta legislatura. Foi colocado em causa o bom nome de algumas pessoas e os deputados do Partido Socialista foram acusados de politicamente serem cúmplices de ilegalidades graves. Sem pôr em causa as explicações aqui dadas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, quero referir o seguinte: A pedido desta Assembleia, os relatórios finais das Auditorias Forenses foram, todos eles enviados para o Ministério Público, Tribunal de Contas, IGAMAOT e Inspeção Geral de Finanças. Tivemos conhecimento da existência de alguns despachos das referidas auditorias e, porque entendemos que devemos ser informados do seu seguimento e conclusões, vimos solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que faça chegar a todos os deputados desta Assembleia todos os elementos recebidos das entidades para onde foram enviados e que atrás referi. Peço ainda ao senhor Presidente desta Assembleia que nos faça chegar os custos respeitantes a estas auditorias, que o executivo teve que suportar, até ao momento, com os titulares de cargos políticos deste executivo visados nestas auditorias. Na entrada principal da vila, as rotundas estão a ser jardinadas, mas, no centro, o Jardim do Lago, mesmo ali ao lado do posto de turismo, nas barbas da Câmara Municipal, continua a aguardar que alguém com bom-gosto lhe dê um novo visual. Com alguns barcos pontiagudos de granito, no solo, podendo magoar as crianças que por ali andam ou que frequentam o parque infantil, com um lago sujo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, até quando vamos ter um jardim do lago sujo e feioso? Convido-vos a todos a desfrutarem da beleza das plantas das 3 floreiras que se encontram à entrada desta casa, mais concretamente ao fundo das escadas de acesso à Câmara Municipal. São o cartão de visita para todos aqueles que se dirigem à Câmara Municipal, incluindo ministros, secretários de Estado e outras personalidades. Não é por pirraça que aqui trago de quando em vez este tema, mas, na verdade, um concelho com tantas belezas naturais como o nosso, deveria merecer uma vila mais bela, mais apetecível e mais convidativa para aqueles que nos visitam, com um parque urbano mais cuidado e com a parte jardinada dos acessos à vila e centro da vila mais atrativos. Afinal a parte jardinada desta vila é tão pequena, que custa-me a compreender que não esteja devidamente cuidada e mais atrativa para os severenses e para quem nos visita. As pessoas com deficiência física continuam a queixar-se das dificuldades que sentem para entrar e sair das viaturas ou movimentar cadeiras de rodas em alguns estacionamento para deficientes desta vila. para quando a melhoria destes estacionamento, que penso estarem identificados pelo município? Como já aqui referi há alguns meses atrás, à entrada do Museu Municipal o muro de granito encontra-se negro e com um líquido negro a escorrer ao longo do mesmo, por vezes com mau cheiro segundo alguns testemunhos. Sr. Presidente, se pretendemos ter mais visitas ao nosso museu e um concelho mais atrativo temos que resolver este problema com brevidade. A Piscina Municipal é frequentada por crianças e por adultos e tem estado encerrada durante o período de férias escolares. Consequentemente, os adultos veem-se privados de utilizar a piscina por períodos muito significativos. Pergunto se não será possível ter a piscina aberta durante as férias escolares, mesmo que seja por um período de tempo mais curto. Gostava ainda de saber qual o período de encerramento da piscina no próximo verão. Permita-me Sr. Presidente da CM, que volte a recordar-lhe que uma das vigas do teto da piscina se encontra oxidada em todo o seu comprimento, e que a tinta branca do teto está a soltar-se junto a essa mesma viga. Não é difícil adivinhar onde cai essa tinta. Obrigado.----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, João Oliveira. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Na véspera de grandes celebrações identitárias para nós como seja o 25 de Abril que nos trouxe a democracia e liberdade, e exemplo disso é a exposição patente no Museu Municipal de homenagem aos antigos presidentes da Assembleia Municipal, promovida, e muito bem, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, inaugurada hoje, assim como a atribuição do foral que nos trouxe a nossa identidade concelhia Severense que tão bem vamos comemorar a partir de amanhã, quero deixar uma reflexão. Sempre houve ciclos na humanidade, mais negros de perturbação, de desarmonia, mas, a partir de certa altura, percebendo que esse não era o caminho, as pessoas uniam-se e de tudo faziam para não voltar a esses tempos. No entanto, atualmente, nota-se uma estranheza nas pessoas, a pandemia que todos vivemos e sobrevivemos em que, para a combater, nos unimos, trouxe, de seguida, outra consequência que foi o nosso isolamento, a desconfiança, o olharmos para o outro, precisamente como os outros e não como nós. Vimos nascer na nossa Europa uma guerra com consequências devastadoras para a população dos países envolvidos, e outras não tão graves, mas igualmente preocupantes, para os restantes países da Europa, 77 anos depois de termos visto terminar a segunda guerra mundial. Com certeza temos muitos Severenses que têm memória do que essa guerra representou para as suas vidas. Vimos ainda o egoísmo a conseguir implantar-se em grandes lugares decisores do nosso planeta. Vimos nascer outro tipo de guerra, uma guerra comercial que poderá trazer consequências ainda mais gravosas a toda a humanidade, pois que os tempos são de extrema incerteza, em que o egoísmo o dinheiro, o poder pelo poder faz com que estejamos ainda mais desconfiados e isolados e percamos o norte do que a humanidade sempre teve de melhor a união e saber olhar pelo próximo. Infelizmente, esta semana perdemos uma voz que nos trazia esses alertas e nos fazia pensar. No passado dia 21 de abril, morreu Jorge Bergoglio, para todos o Papa Francisco. Desde o primeiro dia após a sua eleição como Papa, fez apelos aos homens e mulheres para olharem para o outro, para tentar viver em harmonia e serem capazes de fazer mudanças para termos uma sociedade melhor. Ele lembrou a todos ao dizer: “As guerras são sempre uma derrota, sempre!”, e, realmente, para nós, enquanto humanidade, a guerra é sempre uma derrota. Temos que ter em nós este farol para nos guiar enquanto humanos, tendo a certeza que haverá sempre quem fale, quem maldiga, quem exija quando não tem fundamentos para o fazer, quem queira chegar ao poder pelo poder e tudo queira destruir para esse fim, mas, tal como nos foi transmitido por Francisco, temos que ser humildes, trabalhar pela união e harmonia, em prol de todos, pois, como disse, há lugar para todos, todos. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Diana Paiva. Renata Marques, tem a palavra.-----

Renata Marques – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros elementos da Assembleia Municipal, caros presidentes de Junta, comunicação social e público aqui presente. Gostaria de iniciar a minha intervenção manifestando o meu profundo desagrado relativamente à forma como me foi respondido na última sessão desta Assembleia Municipal, quando questionei sobre os resultados das auditorias. Foi-me dito que “*tudo o que tinha chegado, tinha vindo à assembleia*”, sem qualquer resposta concreta à pergunta que formulei. Considero esta resposta insuficiente e, sobretudo, deselegante para com o papel de um deputado municipal. Importa recordar que a assembleia municipal é o órgão fiscalizador da atividade do executivo, com competências de apreciação, deliberação e acompanhamento das políticas municipais. Nesse contexto, os deputados municipais têm não só o direito, mas a responsabilidade de questionar, propor, esclarecer e exigir respostas claras sobre os atos da câmara municipal. Rejeito respostas vagas ou evasivas como “já foi dito a” ou “consulte o projeto” porque esse tipo de postura não

respeita nem o trabalho dos eleitos desta assembleia, nem a confiança que os cidadãos depositaram em nós. Neste seguimento, gostaria também de abordar outra questão: quando, na última sessão, questionei sobre a razão pela qual as assembleias municipais deixaram de ser deslocalizadas pelas freguesias, já sabia que essa explicação tinha sido dada ao meu líder de bancada na conferência de líderes. No entanto, é importante lembrar que foi em sede de assembleia municipal que se deliberou a deslocalização das sessões, pelo que, na minha perspetiva, qualquer alteração dessa decisão deveria, igualmente, ser apreciada e votada em assembleia. Compreendo que o senhor Presidente da Assembleia não estivesse presente no mandato anterior, mas importa esclarecer que essa proposta nem foi do Partido Socialista. A deslocalização foi uma exigência dos partidos que atualmente compõem o executivo e que, curiosamente, agora parecem já não querer saber do assunto. Aliás, este é apenas um exemplo de várias outras propostas que, na altura, foram bandeiras políticas e que agora foram claramente abandonadas. Recordo, por exemplo, a questão da transmissão das assembleias municipais: passou de transmissão em direto, para emissão em diferido e, neste momento, temos um *delay* de, no mínimo, dois dias. Este retrocesso na transparência e no acesso da população à atividade política é, para mim, motivo de preocupação e de crítica. Mas falemos agora de algo maior. Porque amanhã é 25 de Abril. Celebramos a Liberdade. E, quando falamos de liberdade, falamos também de responsabilidade. A liberdade não é apenas poder falar – é ser ouvido. É poder perguntar – e ter direito a uma resposta. É poder discordar – sem ser desvalorizado ou silenciado. Esta assembleia é, ou deveria ser, um reflexo da liberdade conquistada há 50 anos. Uma liberdade que foi difícil de alcançar, e que, por isso mesmo, temos o dever de honrar em cada gesto democrático, em cada atitude transparente, em cada ato de respeito institucional. A liberdade exige vigilância, compromisso e, acima de tudo, coerência. E é também por isso que devemos estar especialmente atentos à defesa dos direitos das mulheres, que continuam a ser dos mais fragilizados. Abril foi também conquista de igualdade, e essa igualdade ainda não é plena. Ainda há muito por garantir, e cada gesto de valorização e reconhecimento é um passo na direção certa. Nesse sentido, quero deixar aqui uma palavra de parabéns à equipa feminina de futebol da Juventude Académica Pessegueirense, que tanto se destacou nesta época. Um exemplo de dedicação, superação e de como o desporto pode ser uma ferramenta de liberdade e afirmação. Não posso deixar, contudo, de estender este agradecimento a todas as equipas e modalidades do nosso concelho. Um bem-haja a todos e todas, que com esforço e paixão, continuam a espalhar o bom nome da nossa terra. E termino com um tema que é urgente e essencial - a saúde. Apesar de todos os utentes constarem como tendo médico de família no sistema, a realidade é que o acesso a esses profissionais está longe de ser garantido. Continuam a registar-se consultas adiadas, esperas de três meses, e, em muitos casos, as agendas estão completamente cheias, sendo pedido aos utentes que regressem mais tarde, na esperança de conseguir vaga. Ainda hoje, há pessoas que se levantam de madrugada, que enfrentam o frio e a chuva para conseguir uma consulta no centro de saúde. Isso é indigno. Isso não é liberdade. Recentemente, eu própria, juntamente com algumas severenses, fomos surpreendidas com uma carta do IPO, relativa a uma citologia realizada em 2023, na qual nos foi comunicado que existiam alterações celulares. No entanto, nenhuma utente foi previamente avisada pelos serviços de saúde local, devido às sucessivas trocas de médicos de família. Isto é grave. Por isso, aproveito esta assembleia para sugerir a todas as mulheres severenses que tenham realizado exames no nosso centro de saúde, que se dirijam voluntariamente aos serviços, de forma a saber atempadamente os resultados dos seus exames. Porque todos sabemos que um atraso nestas situações pode ter efeitos muito negativos, ou até fatais. E deixo ainda um apelo ao executivo: que, nas obras previstas para o nosso centro de saúde, se garanta um espaço abrigado e digno para quem tem de esperar durante horas por uma consulta. Porque defender a saúde é defender a vida. E defender a vida é, também, celebrar Abril – todos os dias. Obrigada.-----
Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, à Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, senhores jornalistas e todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia, eu solicitei aqui já há uns tempos, um requerimento em 20 de fevereiro e também não me foi respondido, sobre uma resposta que me foi dada no dia da reunião ou na véspera da reunião. Senhor Presidente, eu não estou a criticar o senhor Presidente, sei que o senhor Presidente não é culpado, mas os requerimentos são apresentados e resposta são sempre ou no dia da assembleia ou no dia anterior, ou seja, não dá tempo das pessoas os analisarem. Eu pedia-lhe, senhor Presidente, que, se possível, tivesse algum cuidado com esses tempos porque assim nunca nos deixa analisar e nos quais, e o senhor sabe que recebi hoje um às 09:33 da manhã. Não dá para estar a analisar. Senhor Presidente, esse requerimento era sobre a reparação da viatura Mercedes e que me fosse enviada toda essa documentação. Portanto, está aí no dia 20 de fevereiro de 2025. Senhor Presidente, eu queria aqui questionar o senhor Presidente da Câmara uma vez que estamos, sensivelmente, no fim do primeiro quadrimestre, temos que preparar a época dos incêndios e eu perguntava ao senhor Presidente da Câmara, a reunião do POM, ainda não foi feita? Normalmente é em abril e, como sabe, temos que preparar o combate aos incêndios para o que aí vem. Sabemos o que foi o ano passado. Está marcada? Não vi. Se está marcada, não vi. Senhor Presidente, eu gostava que também nessa reunião que fôssemos ver e fossem acautelados todos os pontos críticos, uma vez que, mesmo acautelando, é complicado. Nomeadamente, bocas de incêndio, postos de vigia. Senhor Presidente da Câmara, gostava que, desta vez, não houvesse falha de pessoal nos postos de vigia, como foi no ano passado. A maior parte deles, à noite, período noturno, não tinham pessoas. Isso que fosse acautelado. Videovigilância, já solicitei aqui, se possível, em alguns pontos críticos onde não há forma de visionar e visibilizar que fossem acautelados. Tubagens, caminhos florestais, senhor Presidente e o senhor Presidente tem aqui o rally de Portugal e podia até aproveitar quando andou aí algumas intervenções em caminhos, e também fazer noutros caminhos florestais onde não passasse o rally, mas que fosse, no fundo, acautelado. E, nomeadamente, também meios. Sobretudo, algumas viaturas. Estou a falar, por exemplo, da Junta, da associação humanitária e por aí fora.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem que terminar, senhor Presidente da Junta.----

António Dias – Segunda questão, a zona industrial de Talhadas, senhor Presidente, foi quase totalmente devastada pelas chamas no incêndio. Os empresários queixam-se que ainda não receberam. Senhor Presidente, eu gostava de saber se dá para fazer algum pressing junto do governo. Eu sei que estamos em período eleitoral, mas as empresas sem dinheiro não conseguem investir, não conseguem revitalizar, no fundo, o que ardeu e, no fundo, estão 30, 40, 50 pessoas sem trabalho, neste momento, por causa disso. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Eu não tinha mais ninguém inscrito, creio que não estou enganado. E, antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, queria, novamente, responder, e fica já respondido, mais uma vez, quer ao deputado João Oliveira, quer à Renata Marques, sobre os ditos resultados das auditorias. Eu poderia responder que não tenho mais nada a acrescentar ao que já disse no início da reunião e estava respondido. E não é bonito que a senhora deputada Renata Marques venha ali tentar deturpar o que eu disse. Eu não disse que todos os processos estão arquivados. Eu disse que alguns processos relativos a procedimentos de obras particulares foram arquivados. E tudo o que chegou à Mesa da Assembleia, de notificações, foi-vos dado conhecimento em correspondência. Portanto, eu não tenho mais nada a acrescentar. Lamento. Se tivesse, poderiam achar que eu estava a esconder, mas não tenho, portanto, creio que a Câmara também não terá, se não já me tinha dado conhecimento. Que isso fique esclarecido de uma vez. Relativamente à descentralização, também já dei a explicação que dei. Como sabe, ainda que tenha sido deliberado, no mandato anterior, eu não sei se foi, mas esta

assembleia não está vinculada por essa deliberação porque o regimento não foi alterado sobre isso. Também está respondido. Relativamente à visualização das assembleias municipais, eu desconhecia aquilo que disse. Vou averiguar, vou saber o que é que se passa. Sinceramente, não sabia. O senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssima senhora vereadora e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras presidentes de Junta e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Cumprimos hoje o primeiro dia do luto nacional, decretado pela morte do Papa Francisco. Um homem extraordinário que tantos nos ensinou sobre os princípios e valores que devem estar presentes no nosso dia-a-dia. Enquanto, atores e decisores políticos é bom que saibamos inspirar-nos em exemplos de diálogo, paz e humanidade. A nossa missão é melhorar a vida das pessoas. A nossa estratégia é definida a pensar em todas as pessoas. Quem foi o Papa Francisco? Jorge Mario Bergoglio, nasceu em Buenos Aires a 17 de dezembro de 1936, Filho de migrantes italianos, o mais velho de cinco irmãos de uma família do popular bairro de Flores, formou-se como técnico químico, licenciou-se em filosofia em 1963, sacerdote desde 1969, provincial dos Jesuítas da Argentina em 1973, bispo auxiliar em 1992 e arcebispo de Buenos Aires em 1998. Nomeado cardeal em 2001, foi o bispo de Roma desde 13 de março de 2013 até 21 de abril de 2025, sendo o 266º papa da Igreja Católica. Anunciou para 2025, décimo segundo ano do seu pontificado, um novo Jubileu, com o lema “peregrinos de esperança”. Permitam-me que vos leia um pequeno trecho do livro “Francisco, Esperança, A Autobiografia”: *A ternura não é senão isto: o amor que se torna próximo e concreto. É usar os olhos para ver o outro, usar os ouvidos para ouvir o outro, para ouvir o grito dos pequenos, dos pobres, de quem teme o futuro; escutar também o grito silencioso da nossa casa comum, da terra contaminada e doente. E, depois de olhar, depois de escutar, não há o falar. Há o fazer.* Agora, vou procurar responder de forma sucinta às questões colocadas pelos senhores membros da assembleia municipal, começando pelo senhor deputado António Carlos Monteiro sobre a Polis Ria e a Ria Viva. Efetivamente, deixamos de ter apenas uma preocupação com a ria de Aveiro. Eu sempre defendi, nas múltiplas reuniões que tive na CIRA, que não há ria sem rio e que o desinvestimento no rio Vouga era causa para muitas situações anómalas no rio, como o assoreamento que temos hoje. Sempre disse que, se nada fosse feito no rio Vouga, nos próximos 10, 12 anos a estrada nacional 16, por exemplo, passaria a ter algumas debilidades estruturais nos próprios muros de suporte. Para além disso, não podemos esquecer foi navegável até alguns anos atrás e que está, neste momento, completamente assoreado. Portanto, esta passagem da Polis Ria para Ria Viva, eu considero que foi algo positivo e espero que assim seja. Com a informação que disponho hoje é algo que, efetivamente, considero importante. Por outro lado, permite-nos acesso a uma série de fundos comunitários que permitirão, espero eu, dentro de algum tempo, poder iniciar esse desejo que nós temos já há bastante tempo, que é de um aproveitamento maior do rio Vouga naturalmente tratando do desassoreamento. Outra parte que eu considero muito importante no Rio Vouga é, também, as Águas do Carvoeiro. Como vocês sabem, as Águas do Carvoeiro localizam-se a jusante do rio Vouga. As Águas do Carvoeiro têm como único cliente a AdRA. A Câmara Municipal tem uma percentagem da AdRA de 0,045% e é o único município que pertence à AdRA, com a exceção de Ovar, mas o único município que pertence à AdRA e que não pertence às Águas do Carvoeiro. Eu não sei qual foi o motivo que levou a isso, mas acho que era importante nós pertencermos. Seria, seguramente, uma mais-valia para o município. Senhor deputado João Oliveira, boletim municipal, é verdade. Tudo o que o senhor diz eu tenho em grande consideração. Nós temos. Portanto, fico agradado. Relativamente ao jardim do lago, está a ser desenvolvido um projeto para a sua renovação. Esse projeto, nós pretendemos integrá-lo no projeto do Arruamento Novo, da requalificação do Arruamento Novo e do largo da feira. Nós ainda

não lançámos a obra porque a candidatura foi aprovada na CIRA, mas a burocracia obriga a que também a comissão do PT 2030 faça a aprovação e, enquanto não entrar o novo governo, seguramente que a aprovação não será dada. Nós pretendemos incluir, não só, o novo jardim do lago, como também aqui este jardim ao lado, do meu lado esquerdo, do vosso lado direito, onde está previsto, também, a colocação de um monumento de homenagem aos combatentes. Sobre os jardins, nós começamos a reabilitação dos espaços verdes aqui da vila. É algo que vai demorar algum tempo. Seguramente, ficarão apelativos e bonitos. Confesso que não tenho essa sensibilidade para ver as floreiras como o senhor deputado João Oliveira vê, mas irei ter em atenção isso e fiz-lhe o convite, também, para dar sugestões e faço o convite para que acompanhe os trabalhos porque isto diz respeito a todos. Ainda é um trabalho de alguma magnitude, portanto, podem todos, naturalmente, dar as suas sugestões e eu assumo a minha insensibilidade relativamente a alguns assuntos desses, que nunca reparei nesses canteiros ali em baixo. Sobre as acessibilidades, nós já realizamos obras nos estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida. Hoje é possível saírem do carro e entrarem numa cadeira de rodas e acederem ao passeio, mas existe também uma candidatura que submetemos no âmbito das melhorias das acessibilidades, nomeadamente no próprio CAE que, por exemplo, uma coisa tão simples como um cidadão com cadeira de rodas aceder da plateia para o palco tem que ir à volta, portanto, estamos à espera da aprovação dessa candidatura para podermos fazer as obras. O CAE tem sido alvo de diversos investimentos, desde a cobertura, desde o seu exterior no que diz respeito até ao próprio aumento da capacidade de estacionamento, mas sobretudo a nossa aposta foi a nível técnico. Nós fizemos um investimento muito grande nos aparelhos. Neste momento, temos um CAE com tudo o que diz respeito a som e imagem de top a nível nacional e agora, naturalmente, iremos fazer as obras que faltam, nomeadamente, no seu interior e no exterior. Senhora deputada Renata Marques, sobre as questões que levantou no que diz respeito ao centro de saúde, pois, são questões algumas delas pertinentes, sendo certo que a gestão do centro de saúde não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Neste momento, o centro de saúde tem até uma nova diretora. Está prevista uma marcação de uma reunião entre nós e ela. Relativamente ao centro de saúde, como sabem, a Câmara Municipal é responsável pelas assistentes técnicas, que são três, e pelas instalações. As instalações, neste momento, no início de maio, após um longo processo burocrático, vai finalmente avançar a obra e vamos avançar com o concurso, que é um concurso internacional, e esperamos que possamos vir a ter concorrentes, uma vez que temos tido alguns concursos desertos recentemente. Senhor deputado António Dias, postos de vigia, pois são da responsabilidade da GNR. A informação que eu tenho, no âmbito da proteção civil de Aveiro, é que, muitas vezes, eram os restantes que tinham que avisar os membros que estavam nos postos de vigia que o fogo estava a chegar debaixo do próprio posto de vigia, que é uma situação caricata. Relativamente à AHT e às outras associações de bombeiros, nós, como sabe, adquirimos, a Câmara Municipal comprou um Unimog que está, finalmente, pronto, que foi cedido aos bombeiros voluntários de Sever do Vouga. Comprou, também, uma viatura Mercedes Montero o que é, sim, um investimento de cerca de € 250 000,00, que já foi encomendada. Vai comprar, também, uma ambulância. Ontem, na reunião da CIRA, foi algo que eu fiz questão e que o senhor Presidente da CIRA, atualmente, o enfermeiro Jorge Almeida, já garantiu que iria ser disponibilizado esse dinheiro para que pudéssemos ajudar os bombeiros. Hoje, nos meus pendentes, vi um pedido de apoio da AHT, só hoje. Pode estar há dois dias que, eu ontem não estive, mas hoje vi isso nos meus pendentes. Naturalmente, vamos tentar ajudar como pudermos, sendo que os pedidos de apoio são sempre muitos e a disponibilidade nunca é suficiente. Sobre as empresas da zona industrial de Talhadas, como sabem, nós tivemos diversas situações. Algumas relativamente a pequenos até € 6 000,00, portanto, prejuízo até € 6 000,00, esses têm sido bastante céleres e conseguimos ajudar centenas de pessoas do nosso concelho. Para prejuízos superiores a € 6 000,00 era necessário a apresentação de um projeto no PDR, no

Plano de Desenvolvimento Rural. Aí, as coisas têm corrido mais lentamente. No que diz respeito às empresas, elas tiveram naturalmente que apresentar candidaturas. Nós temos feito um pressing muito grande. O senhor Ministro da Coesão esteve sempre em contacto direto connosco e esteve, inclusive, aqui na Câmara Municipal há uns meses, há cerca de dois meses, penso eu. A situação eu sempre pensei que fosse mais célere. A verdade é que foram feitas propostas de indemnizações aos empresários e eles não concordaram com essas propostas que tinham a ver com questões do próprio seguro. Nós estamos a falar, penso eu, no caso da zona industrial de Talhadas são duas situações e, depois, também há uma empresa ali na Frágua, que também precisa de ser ajudada e eu, por acaso, ontem liguei ao adjunto do senhor Ministro da Coesão que me informou que estaria para breve a nova proposta e espero que seja. Tenho acompanhado de perto todos estes problemas. Tenho procurado exercer todos os esforços para que a situação seja rapidamente resolvida e quero continuar a acreditar na boa vontade e na disponibilidade do governo, sendo certo que é um governo em gestão. Eu penso que respondi à maior parte das perguntas. No que concerne às auditorias, o senhor Presidente da Assembleia já respondeu e eu entendo que seria uma falta de respeito se, depois da sua resposta, eu respondesse também. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. João Oliveira, tem a palavra. O senhor deputado tem dois segundos para a sua intervenção.-----

João Oliveira – Mais uma vez, boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, disse-nos que alguns processos foram arquivados.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu não disse. Eu notifiquei-vos. Vocês sabem quais eles são, portanto, não vamos insistir nisso.-----

João Oliveira – Não vale a pena entrarmos em muitas discussões com isso. Notificou-nos que foram. Acontece que foi esta assembleia que solicitou o envio a diversos organismos e, portanto, eu penso que nós, deputados desta assembleia, deveremos ter acesso às respostas que vieram. Não é só o que foi arquivado, senhor Presidente da Assembleia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se o senhor deputado João Oliveira sabe alguma coisa que eu não conheço, agradeço que dê a informação porque eu não conheço. Está interrompida a sua intervenção, vai-me desculpar. Não vamos voltar a esse tema. Eu já disse o que tinha a dizer e não vou acrescentar rigorosamente mais nada. Tudo o que chegou à Mesa da assembleia foi reportado, oportunamente, a todos os membros, incluindo a si. Portanto, eu não sei o que estamos aqui a discutir mais.-----

João Oliveira – Tem que pedir, senhor Presidente da Assembleia. Tem que pedir. Ainda ontem, vi documentos... e eles deveriam vir à assembleia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Desculpe, acabou a sua intervenção. O senhor deputado João Oliveira fez a sua intervenção no início e eu compreendi-a e já respondi. Portanto, não volte a insistir nisso, peço-lhe.-----

João Oliveira – Eu termino dizendo que há documentos que deveriam vir a esta assembleia porque foi esta assembleia que pediu ao executivo para eles transitarem e nós deveríamos ter acesso aos documentos que eram para a Câmara Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – A questão foi colocada ao Presidente da Mesa se foi dado conhecimento. Eu já lhe disse – tudo o que chegou à Mesa foi, oportunamente, reportado a todos os membros. Acabou aqui esta discussão. Senhor deputado, faça o favor de tomar o seu lugar.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos iniciais. Neste primeiro quadrimestre do ano, tenho testemunhado o empenho incansável por parte dos serviços e do executivo deste Município para criar um concelho mais coeso e atrativo. Cada pessoa desta equipa é fundamental no espírito resiliente de enfrentar as dificuldades e na busca de soluções, o que nos tem levado a ações

concertadas e eficazes que alavancam o progresso e o desenvolvimento. Continuamos a apostar na realização de obras em vários locais do concelho. Ainda que, a aposta nas infraestruturas e nas obras seja algo importante ao investimento no nosso concelho, é crucial que percebamos que o verdadeiro valor dos investimentos não está nas obras, nos números ou nas estatísticas, mas sim nas vidas que conseguimos transformar. Cada pavimentação, cada associação que apoiamos, cada empresa que ajudamos a fixar, cada criança ou jovem que cá é educada é fruto do investimento e do trabalho que realizamos diariamente, para criar um concelho melhor para viver, para empreender e para lazer. E isso, nem sempre se faz com grandes ações ou obras. Os serviços municipais apresentaram de forma detalhada a sua atividade nestes meses, pelo que, cada um de vós pode saber, conhecer e acompanhar o desenvolvimento do nosso concelho. Esta sessão da assembleia municipal não pode ser dissociada da prestação de contas. É pela quarta vez que prestamos contas no mandato 2021/2025 e é com particular satisfação que o fazemos, este ano, em reta final de mandato. Não, podemos esquecer que a primeira prestação de contas, foi feita no ano de 2022, após a nossa tomada de posse em outubro de 2021. Trabalhamos afincadamente para prever em orçamento os investimentos e as necessidades para a melhoria de vida dos Severenses. E, os documentos contabilísticos que aqui apresentamos, traduzem uma execução orçamental positiva e que valoriza a nossa comunidade como um território mais coeso e mais desenvolvido. Com efeito, a evolução dos resultados ao longo destes 3 anos e meio é constante, proporcional, progressiva e positiva, consubstanciando-se numa resposta clara à estratégia por nós definida e, claramente, vencedora. O conjunto de documentos apresentados, são o trabalho árduo e minucioso, essencialmente técnico, que demonstra todo o movimento, resultados e engenho financeiro subjacente à atividade municipal do ano transato. Acreditamos que, na qualidade de decisores políticos, a boa gestão dos dinheiros públicos é um pilar essencial e que o rigor é a palavra de ordem. Objetivamente, uma avaliação cuidada destes resultados reflete uma gestão sustentada e a ousadia do impulso necessário à boa administração. Tratou-se de um ano de desafios, de calamidades, mas de resiliência. Soubemos crescer nas dificuldades, sem nunca perder o equilíbrio orçamental e sem colocar em causa qualquer atividade municipal, essencial para a vida dos Severenses. Foi um ano de consolidação financeira, cumprindo-se o equilíbrio orçamental. A alocação do saldo de gerência e ainda os meios financeiros libertados por força da manutenção de um nível elevado da poupança corrente, bem como o recebimento de valores há muito previstos, mas não recebidos (como por exemplo as verbas recebidas da Greenvoug, nos termos dos Protocolos outorgados no âmbito da construção da Barragem de Ribeiradio e da Ermida) espelham o caráter investidor do Município. E, só isto, paga cinco vezes o valor das auditorias que, se não tivessem sido feitas, nós nunca tínhamos recebido. Apesar do alto nível de investimento, continuamos a reduzir sustentadamente a dívida e a reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores. Outros fatores sintomáticos desta acertada gestão autárquica são a redução do passivo e o aumento de fundos próprios e um resultado líquido cada vez mais alavancado e um resultado operacional manifestamente positivo em comparação com anos anteriores. A positividade destas contas são mais um passo afirmativo no sentido do sucesso do nosso concelho. Vivemos, atualmente, inebriados pelos debates políticos, estratégias ambíguas da governação central, mas não podemos distanciar-nos do que realmente importa: as pessoas. Como decisores das políticas locais, é nossa responsabilidade garantir que cada pessoa deste concelho, conta. Por isso, encetamos esforços para nos aproximarmos da realidade dos severenses: habitação, saúde, educação, cultura, emprego, território, turismo, ação social, inclusão e acessibilidades. Continuamos a acreditar num modelo de gestão autárquico assente no rigor, na transparência, no planeamento e na coesão territorial. Mantemos o foco em políticas públicas de proximidade, que se norteiam pelo diálogo, respeito e valorização de todos, de forma equitativa. O nosso concelho, fiel à sua identidade resiliente, continua a crescer e a inovar, impulsionado pela força das suas gentes.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, obrigado. Estão abertas as inscrições. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Senhor Presidente da Assembleia, mais uma vez o cumprimento e, na sua pessoa, a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia, este é o ponto da informação escrita, certo? -----

Presidente da Assembleia Municipal – Sim.-----

António Dias – Senhor Presidente da Assembleia, eu vinha aqui questionar o senhor Presidente da Câmara, não vi aqui nada na informação escrita há pouco, não tive tempo. Senhor Presidente da Câmara, consegue informar-me a mim, e aos meus colegas presidentes de Junta, quando é que a CCDR irá, pelo menos, assinar os contratos no âmbito dos projetos que foram apresentados pelas freguesias. Estou a falar de Talhadas, Silva Escura e Dornelas. Exatamente, no FEM. E se não tiver, senhor Presidente, agradecia porque é mais fácil a si do que, propriamente, às Freguesias, uma vez que é diferente. Senhor Presidente, também, época balnear. Senhor Presidente, não vi aqui nada na informação escrita. Houve muita chuva, mas agora, se vier tempo de sol, as pessoas querem ir ao rio. E eu pergunto, senhor Presidente, temos o terreno que a Câmara comprou e era para ver quando é que o senhor Presidente e a sua equipa tivessem tempo para que pudéssemos lá ir e averiguar o que é que podemos lá fazer para que, assim que houvesse possibilidade, faziám-se algumas obras. E, por fim, senhor Presidente, e senhor Presidente da Assembleia, foi-me respondido, já, salvo erro, em dezembro, que, é um requerimento meu sobre o extrato de contas correntes de fundos disponíveis do atual mandato, que eu os podia consultar, e o senhor Presidente, uma vez que o ofício veio de si, gostava de saber quando é que o senhor tem tempo para virmos aqui consultar estes documentos. Já agora, saliento que esses documentos são enviados aos membros do executivo e a todos os vereadores. Eu não entendo porque é que eles não são disponibilizados aos membros da assembleia. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, muito boa tarde a todos os presentes. Na mensagem escrita do presidente, constatei a existência de várias adjudicações relacionadas com o grande incêndio que nos atingiu em 2024, mas não vi nenhuma adjudicação ou referência respeitante à criação de faixas de gestão de combustível, junto aos acessos principais (beira da estrada). O Município recebeu verbas muito significativas respeitantes a esta grande calamidade. Todos sabemos que as faixas de gestão de combustível se destinam a reduzir a área ardida de um potencial incêndio, bem como, a criar oportunidades para o seu combate eficaz e com segurança. Quando me deslocar à minha terra Natal atravesso os concelhos de Águeda e de Mortágua e constato ao longo da estrada a existência destas faixas de gestão de combustíveis. Nalgumas delas arrancaram os cepos das árvores, sobretudo dos eucaliptos para facilitar a sua limpeza. Pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o que já fez ou tenciona fazer o nosso Município, no sentido da criação destas faixas de segurança. Estamos perante uma oportunidade única para o fazer. Nestas faixas de gestão de combustível podem plantar-se árvores autóctones. Será que os proprietários florestais têm conhecimento disso? Com uma campanha de informação e de sensibilização bem conduzida acredito que não é difícil convencer os proprietários da floresta a criarem estas faixas de gestão de combustível para bem deles e de todos os severenses. Àqueles que eventualmente não o aceitem, o município tem poder legal e o dever de o fazer. Com o aquecimento global e as consequentes alterações climáticas, os grandes incêndios, infelizmente, serão cada vez mais frequentes. Compete ao município criar condições para facilitar o seu combate e minimizar o seu efeito. Foi com agrado que constatei que o Município atribuiu 52 bolsas de estudo a alunos universitários. Face ao objetivo deste apoio às famílias mais carenciadas do nosso concelho, com filhos no ensino superior ou que reúnam as condições letivas para aí ingressar, a fim de lhes proporcionar melhores condições económicas para custear os estudos e também para servir de estímulo aos jovens severenses durante os seus

estudos, entendo que o valor destas bolsas deveria ser revisto. O custo de vida nos últimos anos tem aumentado significativamente e há muito que o valor das bolsas se mantém nos mil euros por aluno. A estrada da zona industrial dos Padrões encontra-se em péssimo estado. A partir da Seve me temos mais remendos que estrada. Quando chove as águas vêm estrada abaixo galgam a estrada e entram em zonas privadas, como por exemplo numa oficina de reparação de automóveis junto aos armazéns da Câmara Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando a resolução do problema de escoamento das águas desta via e a renovação do piso na mesma? E a estrada da Arrota, que já se encontra com o piso aplicado. Para quando a sua abertura à circulação das pessoas? Ultimamente tenho notado os caixotes do lixo cheios, a abarrotar, por um período mais longo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal queixa-se de que a Câmara Municipal viu os custos do lixo aumentarem muito significativamente. Os Severenses sentem-no na fatura da água. Atendendo a que o lixo separado e colocado nos respetivos contentores, para além da proteção do ambiente, não é pago pergunto, para quando a distribuição de mais contentores destes? Há pessoas e organizações que não fazem a devida separação do lixo por falta destes contentores na sua zona ou por os mesmos se encontrarem muito distantes. Aproveito para referir que o contentor para óleos usados existente junto à Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, que ali foi colocado pelo Rotary (pioneiro na distribuição deste tipo de contentores no concelho), ainda não foi substituído por um contentor da empresa que faz a recolha do óleos usados no nosso concelho. Por vezes encontra-se sujo e vandalizado. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira. Eu não tinha mais intervenções registadas. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder se assim entender.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor António Dias, acerca das candidaturas da CCDR-C, as coisas funcionam da seguinte forma: foi apresentada uma candidatura que foi aprovada pela CCDR. Isso não é garantia de que as candidaturas estejam aprovadas. É um primeiro passo. Após a aprovação das candidaturas, por parte da CCDR-C, segue para o senhor Secretário de Estado da Administração Local. O senhor Secretário de Estado da Administração Local, atualmente, é o anterior Presidente da Câmara Municipal de Vagos, o Dr. Silvério Regalado, que deixará, para quem vier a seguir, esta decisão. Da parte dele há total disponibilidade de aprovar estas candidaturas. Veremos quem será o próximo. Quem fez isto com Sever do Vouga, com o Município, na altura, foi o Dr. Hernâni Dias. Eu tenho procurado, até porque sei que é muito importante para as juntas de freguesia que estas candidaturas sejam aprovadas, portanto, são mesmo urgentes. Tenho procurado, junto deles, mas até ao dia 18 de maio, posso-vos garantir que não serão, quero dizer, não posso garantir, mas espero que não, mas tenho quase a certeza que não serão aprovadas. Seria uma surpresa muito agradável se fossem. Após serem aprovadas por parte do senhor Secretário de Estado da Administração Local, então aí é que é assinado um contrato e é transferido o dinheiro poucos dias depois - julgo eu que 90% dos 85% dos 100% que foram considerados elegíveis. Acerca da época balnear, pois teremos que marcar isso. Eu pedirei para que entrem em contacto consigo para que possamos ir com os serviços ao local. Já agora, uma explicação que eu entendo ser pertinente e que tem a ver, também, com a época balnear. Sever do Vouga vai ser o local onde decorrerá a cerimónia do hastear da bandeira azul, a nível nacional, das praias fluviais do interior que será no dia, julgo eu, 16 de junho. A Câmara Municipal lançou uma hasta pública para um concessionário, uma vez que o concessionário anterior entregou o espaço no final do ano. A apresentação das candidaturas julgo que correram até ao dia de hoje. Isto é para um prazo reduzido, será para este ano, porque nós esperamos que uma candidatura para a reabilitação da praia fluvial da Quinta do Barco seja aprovada. Tivemos já a indicação por parte do senhor Secretário de Estado do Turismo e temos falado diversas vezes com o Dr. Carlos Abade, que é o senhor Presidente do Turismo de Portugal, para que as coisas tenham um desenvolvimento rápido. Senhor deputado João Oliveira, faixas de

gestão de combustível, no âmbito de uma candidatura chamada Restore, nós temos uma série de faixas de gestão de combustível que esperamos que sejam aprovadas. O que acontece é que tem que ir à reunião do Plano Operacional Municipal, que será no dia 29 de abril. Já foi enviada a convocatória e, após a aprovação, segue para a CIRA que, juntamente com o ICNF, terão que dar a aprovação e então, depois, passaremos para as faixas de gestão de combustível. De qualquer forma, nós não, o dinheiro que recebemos não é para incêndios. O dinheiro que recebemos é para a recuperação após a calamidade. Bolsas de estudo, efetivamente conseguimos ajudar uma série de famílias, uma série de estudantes, contudo, o aumento das bolsas de estudo, o orçamento do Município é muito semelhante ao cobertor que nos cobre na cama. Quando nós puxamos para um lado para cobrir o pescoço, destapamos os pés, portanto, efetivamente, são 52. É o município do distrito de Aveiro que dá mais apoio no âmbito das bolsas. O Município também dá apoio à natalidade. Não conheço outro município que o faça com tanta intensidade e, naturalmente, queremos apoiar o máximo possível. Não podemos apoiar como gostaríamos, apoiamos como podemos, sendo que, 52 bolsas acho que é, em primeiro lugar, um recorde, mas, acima de tudo, são 52 pessoas que, de alguma forma, podemos ajudar. Sobre a zona industrial dos Padrões, em frente à Metalpedro, aquele piso que lá está com dois buracos e que foi partido no âmbito da queda de um poste que, pelos vistos, vai cair muitas vezes, porque está sempre a cair, vai ser fresado e vai ser novamente pavimentado. Relativamente ao resto que vai da Seveme julgo que até à capela em baixo já foi adjudicada à empresa Paviageméis, assim como aquele bocado que ainda falta em frente à Pastelaria Confiança e eu espero que venham o mais depressa possível. Estamos a falar da pavimentação, estamos a falar também da sinalização e, como eu disse, eu espero que venham o mais depressa possível. Caixotes do lixo, eu julgo que Sever do Vouga é dos municípios do país que tem mais caixotes do lixo por habitante. É evidente que nas épocas festivas, como é o caso da... Sever do Vouga tem um rácio de caixotes do lixo por pessoa altíssimo, mas também somos um território de baixa densidade. Na altura das festividades, como é o caso da Páscoa, há sempre um aumento de lixo. O preço não aumentou para esta Câmara Municipal, o preço aumentou para todas as câmaras municipais e o dinheiro que se recebe dos munícipes não chega para pagar aquilo que a Câmara Municipal paga. De qualquer forma, era, de facto, muito importante que houvesse a separação. Para terem uma ideia, o lixo indiferenciado, o tratamento do lixo indiferenciado, custa ao Município € 75,03 por tonelada. Em 2021, custava vinte e poucos euros por tonelada. Se nós separarmos o lixo, o custo é zero. A verdade é que, mesmo assim, existe uma dificuldade muito grande em separar o lixo. Separar o lixo também não é colocar o lixo de fora dos ecopontos, portanto, isso não constitui separar o lixo. É fundamental fazer campanhas de sensibilização. A Associação SeVerde tem tido um papel muito importante nesse aspeto. Já agora, a Associação SeVerde realizou, há dias, também, uma atividade para plantação de árvores autóctones e eu não pude estar presente porque tinha a Rota dos Moinhos nesse dia. Gostaria muito de ter estado. É uma questão de sensibilização. Nós, de facto, podíamos produzir muito menos lixo. O lixo, hoje em dia, o que se coloca nos contentores indiferenciados são desde ramas de árvores, relva, terra, seguramente, os contentores indiferenciados não é o local indicado para isso. Parte do civismo, da educação, mas temos um longo caminho pela frente. Penso que terei respondido à maior parte das questões.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Está, assim, concluído este ponto.-----

3.2 Desafetação de um Caminho do Domínio Público: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos iniciais. Na sequência da alteração do traçado do caminho do Covelo, localizado no lugar de Decide, mostra-se necessário a desafetação do domínio público a área de 777m², que fazia parte do anterior caminho, identificado na planta que foi enviada

e a afetação da estrada correspondente à empreitada “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Zona Industrial da Decide”, que veio a substituir o referido caminho, na parte indicada na referida planta.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para este ponto. Renata Marques, tem a palavra.-----

Renata Marques – Renovo os cumprimentos. Apenas venho aqui para expressar a minha indignação pela demora na concretização desta obra, que é essencial para as empresas localizadas na zona industrial da Decide. É inadmissível que uma obra tão importante esteja parada há tanto tempo, quando já estava em andamento no final do mandato anterior. A primeira fase - com terraplanagem, muros, regularização do piso e água - já estava adjudicada. Faltava apenas colocar o piso final. As nossas empresas precisam de condições para crescer. São elas que geram emprego, fixam pessoas e criam riqueza para o concelho. É urgente dar prioridade a esta intervenção. Temos de apoiar quem investe em Sever do Vouga. Adiar é perder oportunidades. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Renata Marques. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa a esta intervenção ou se passamos à votação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, só para dizer que eu desconheço que a obra tenha sido iniciada no anterior mandato. Que eu saiba, fomos nós que fizemos o projeto, fomos nós que arranjamos o dinheiro, fomos nós que avançamos com o concurso e, sim, temos tido problemas. Eu também fico indignado com o facto de aquela obra não estar feita há vinte anos. A verdade é que a obra começou há um ano, temos tido muitos problemas com os terrenos, encontrámos muito mais terra preta do que estávamos a contar. Encontramos muito mais água do que contávamos e a empresa, temos tido alguns problemas, nomeadamente, com alguns trabalhos com a empresa. Estamos a tentar que a obra seja terminada o mais depressa possível porque eu, quase todos os dias, falo com alguns empresários daquele local e sei bem o que estão a passar. Portanto, o nosso desejo é que a obra termine o mais depressa possível. Também estivemos, entretanto, à espera de diversos pareceres do IP e, neste momento, penso eu que estará tudo decidido e, da parte do empreiteiro, esperamos que seja célere e que acate, também, as nossas decisões e que cumpra com o projeto. É só.-----

Deliberação:-----
Na sequência da alteração do traçado do caminho do Covelo, localizado no lugar da Decide, e atenta a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:-----

- a) a desafetação do domínio público a área de 777m², que fazia parte do anterior caminho, identificado na planta que se encontra arquivada junto dos documentos desta sessão;-----
- b) a afetação da estrada correspondente à empreitada “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Zona Industrial da Decide”, cuja planta se encontra em anexo, que veio a substituir o referido caminho, na parte indicada na planta.-----

Vinte e seis votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Maria Pereira, Maria Oliveira, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

O membro **António Monteiro** não participou na votação deste ponto por não se encontrar na sala.-----

3.3 Prestação de Contas de 2024: - Foram submetidos à apreciação do órgão deliberativo os documentos da Prestação de Contas de 2024.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos iniciais. O presente Relatório e Contas analisa os três subsistemas da contabilidade previstos no Sistema Contabilístico vigente, para o ano de 2024. Falarei apenas de algumas situações que considero mais pertinentes. O município, no final de 2024, conta com 196 colaboradores, sendo que com estes Recursos Humanos tivemos despesas no valor de 4,48 milhões de euros. As Receitas liquidadas foram de 15,4 milhões de euros, superiores em 9% relativamente ao ano anterior (+1,3 milhões de euros). A receita principal é as transferências correntes e de capital, correspondendo a mais de metade desse valor (66%). Em termos globais a execução da receita atingiu os 88,8%. Relativamente às Despesas pagas estas ascenderam a 13,9 milhões de euros, superiores em 8,9% relativamente ao ano anterior (+1,1 milhões de euros). As principais rubricas de despesa foram as Despesas com o pessoal e tem a ver com a atualização da tabela remuneratória e com o aumento do salário mínimo nacional; a Aquisição de bens e serviços e as Aquisições de bens de capital, correspondendo estas rubricas a 83% do seu valor. Em termos globais a execução da despesa atingiu os 80,3%, valor bastante aceitável, dado ser o segundo ano consecutivo que fica acima dos 80%. Quanto ao Equilíbrio Orçamental, em 2024, o valor cifrou-se em 1,1 milhões de euros. O Prazo Médio de Pagamentos no final de 2024 foi de 58 dias, prazo bastante bom, o que reflete o bom desempenho que temos tido com os nossos fornecedores e credores. De evidenciar, ainda, o ganho de 14 dias em relação a ano de 2023. O Resultado Líquido do Período continua negativo, apesar de ter decrescido relativamente ao ano anterior em 1,8 milhões de euros (-82,65%). E aqui tem, única e exclusivamente, a ver com as amortizações. Só de amortizações de imóveis a Câmara Municipal tem mais de 2 milhões de euros de amortizações. Portanto, este valor justifica-se com o valor dos gastos de depreciação/amortização que influencia negativamente esse resultado. Quanto ao resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, o resultado foi de 1,9 milhões de euros, variação positiva de mais de 479%, refletindo o cuidado que o executivo teve na gestão mais rigorosa dos gastos e dos rendimentos obtidos. Em termos comparativos, 2022 = 7 mil euros, 2023 = 300 mil euros, 2024 = 2 milhões de euros. Sobre a Certificação Legal de Contas de 2024. Património Municipal e Subsídios ao investimento. Apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados nos últimos anos, ainda não foi possível garantir a plenitude e a mensuração dos ativos incluídos na rubrica dos Ativos fixos tangíveis. Dada a dimensão, natureza e complexidade da mensuração e inventariação deste tipo de ativos, vamos trabalhar internamente e com recursos a entidades externas, que já o fizemos, adjudicação realizada no final de 2024, portanto, nós esperamos que esta entidade nos venha, de uma vez por todas, retirar essa reserva, para que seja possível colmatar esta debilidade existente nos próximos anos. Apesar dos subsídios ao investimento estarem a ser reconhecidos no património municipal e neste sentido a serem reconhecidos em rendimentos aquando da sua amortização, a limitação da reserva anterior acaba por se refletir nesta reserva. Propriedades de Investimento. No ano de 2023 foram necessárias efetuar reclassificações contabilísticas dos prédios da Vougapark, Praia Fluvial Quinta do Barco, Casa Quinta do Barco e Estação de Paradela, que transitaram de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento. Esta reclassificação para a conta Propriedades de Investimentos, obriga, pelo menos, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 8 à divulgação do seu justo valor. A determinação deste justo valor terá de ser forçosamente executada por sujeitos/entidades com competências técnicas para o realizar. Dado o timing desta reclassificação, não foi possível efetuar esta avaliação e, por conseguinte, a sua divulgação. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis. Esta reserva reflete o valor em dívida da Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativa à homologação/aprovação de um projeto ainda no âmbito do QCA III - PO Centro, está aprovação continha uma condição de que o pagamento só ocorresse caso viesse a existir disponibilidade financeira no encerramento do Quadro Comunitário. Não existindo até à data qualquer informação em contrário, a dívida persistiu nas nossas contas

correntes. A dívida não somos nós que devemos, devem-nos a nós. Dada a incerteza do seu recebimento, conforme referido na respetiva opinião de reserva, iremos em 2025 proceder ao reconhecimento da imparidade, por forma a que esta não figure na respetiva Certificação Legal de Contas, ou seja, passaram-se tantos anos desta dívida. tem a ver com a Biblioteca Municipal e um valor que falta pagar à Câmara Municipal de 400 e 15 mil euros, julgo eu, portanto, nós entendemos que, por uma questão de transparência, deveria figurar aqui. E pronto, é isto.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara. estão abertas as inscrições para este ponto. David Alves, tem a palavra.-----

David Alves – Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos. Excelentíssimos senhores membros do executivo, restante pessoal da assembleia, outros presentes. Eu confesso que não tive grande tempo para estar a ler isto. Quando comecei a ver 180 páginas eu assustei-me. Eu não tenho de felicitar o executivo por ter um resultado positivo ou negativo. Acho que o resultado, num órgão deste tipo, é perfeitamente lateral, não interessa. Nós temos é de olhar para as contas, verificar se o dinheiro, as verbas, foram bem aplicadas, se a despesa está controlada ou se não está controlada. O resultado é uma consequência disso tudo. O termos um resultado com 1 milhão de euros negativo e uns presente com 300 mil euros negativos, bastava que a nota que o senhor Presidente falou sobre a nota do ROC, na rúbrica dos balanços outros devedores e credores, fosse reconhecida como não recebível e o valor passava de 300 mil para 700 mil euros negativos. Ou seja, é fácil se entenderem que deveriam desreconhecerem esse valor a receber que, provavelmente, não vai ser recebido, criar um resultado negativo do dobro do que está. Não é preocupante para mim o Município ter resultado positivo ou negativo. É evidente que, se tiver resultado positivo, é sinal que o seu resultado operacional adite, portanto, melhora, porque as administrações representam uma fatia muito grande dos custos do Município. Eu vi e, efetivamente, a Câmara conseguiu gerar fluxos financeiros positivos de quase 2 milhões de euros na sua atividade normal. Só duas ou três notas. No anexo, no 1, 2, 3 e 3.1 tem uma rúbrica que é outros devedores cujo aumento é significativo de um ano para o outro – 2024 tem € 578 995,00; 2023 tem € 262 570,00, portanto, passou do dobro. Estes outros devedores não sei quais são, nem quem são, só que noto que é um aumento muito grande dessas dívidas quando é outros devedores, os diversos. Eu fico sempre com um zumbido aqui atrás da orelha. Também nas provisões, houve um reforço de € 58 520,00 de provisões para processos judiciais, portanto, não é para clientes. Basicamente, clientes, também lá vamos, mas para processos judiciais, portanto, um aumento de € 58 000,00 para processos que estão em curso. É um aumento. Convinha, se pudessem dar alguma dica sobre isto, agradecia. Nas imparidades, os clientes com cobrança duvidosa € 374 571,00 com reforço no ano de 2024 de € 75 000,00. Portanto, continuamos com o velho problema dos devedores de clientes e afins que não pagam e que, depois, a dívida vai apresentando-se ao longo dos anos e é necessário criar provisões ou devem ser criadas imparidades porque a dívida de um cliente, a partir de determinado prazo, deve ser considerada duvidosa e devem ser criadas as respetivas imparidades. Ia para falar da nota do auditor. Não falo da nota do cadastro de ativos. Andamos a vinte anos a falar disto. O senhor Presidente disse que arranjou uma equipa, e bem. Não é que, para mim, seja muito, muito importante ter um cadastro dos ativos porque a maior parte dos ativos que o Município tem são estradas, caminhos, edifícios e eles não fogem. Eles não saem, não vão para lado nenhum. Mas, se estiverem inventariados e avaliados porque, depois, vamos ter um problema. Vamos ter uma avaliação ao preço justo, ao justo valor, e a avaliação justo valor vai criar aqui uma prestação de contas, quando isso acontecer, totalmente diferente da que temos hoje. Nós temos, certamente, obras que estão no nosso ativo por cem mil que, depois, reavaliados, tanto podem valer quinhentos mil como valer cinquenta mil. Isso vai ter reflexo nas contas futuras. Contas são contas. O senhor Presidente da Câmara, o Município, os senhores do executivo, não são eles que fazem as contas, eles apenas dão autorização para gastar

dinheiro ou para receber dinheiro. Quem faz as contas são os técnicos, portanto, julgo que os técnicos nesta casa, e do resultado do passado que temos, são pessoas conscientes naquilo que fazem, portanto, a bancada do PS decidiu dar liberdade de voto aos seus membros para votarem em consciência e conforme quiserem. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, David Alves. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Estamos aqui a votar a prestação de contas de 2024. Senhor Presidente da Assembleia, eu solicitei, mas não me foi enviado, eu sei que, possivelmente, não houve tempo. Eu queria que me tivessem sido enviados, pela parte do Município, apresentei requerimento porque quero que me sejam enviados no futuro, uma vez que, nestes documentos, como são documentos muito fixos, as rubricas estão “agregadas” e não dá para nós conseguirmos desmultiplicar. E eu queria, senhor Presidente da Assembleia, apresento aqui requerimento à Mesa, para que me sejam enviados, uma vez que já enviei por e-mail, os valores faturados e valores recebidos das tarifas do lixo de 2023, valores faturados e valores recebidos das tarifas do lixo de 2024, uma vez que, como estão aqui nas contas, e estão por valor agregados, nós não conseguimos desmultiplicá-los e não sabemos qual é e a que é que se referem aqueles valores. Estão juntos. Senhor Presidente, em relação à execução orçamental, finalmente, senhor Presidente da Câmara, consegui que, em termos de rendimentos recebidos, que foi à volta de € 13 838 000,00 e de gastos € 13 450 000,00 o que, finalmente, consegue estar um orçamento equilibrado. É óbvio que, em termos da receita aumentou muito, portanto, aumentou para € 15 418 000,00 e, em termos de despesa, para € 13 934 000,00. Senhor Presidente, isto conjuntamente com as depreciações, que são aquilo que nós contabilistas temos de considerar, que são as desvalorizações e, no fundo, o desgaste de todos os ativos, ou seja, de todos os bens fixos tangíveis, tudo aquilo que é palpável e que o município tem, sejam viaturas, sejam edifícios, sejam estradas, no fundo, tudo aquilo que é para permanecer e para durar, temos 2 milhões e tal de euros que levam a um resultado negativo por volta de € 387 000,00. Senhor Presidente, eu queria aqui, uma vez que o senhor Presidente vai ficar, independentemente de tudo, conhecido por, durante o seu mandato, a não ser que seja neste ano, nunca ter apresentado lucro em nenhuma conta, é uma opção, mas, senhor Presidente, eu gostava aqui, e está na página 40 do relatório, gostava que me dissesse a que é que se refere uma expropriação, portanto, levantamento topográfico e cálculo da área de expropriação de um terreno na estrada da Silveira às Talhadas. Uma expropriação. Gostava de saber o que é que era, uma vez que não tivemos conhecimento disto. Senhor Presidente, em relação às contas, e pegando aqui na certificação legal, que é aquilo que é o mais importante, ou seja, são as pessoas que são responsáveis por certificar estas contas, estamos a votar, nada mais do que um revisor oficial de contas para nos dizer o que é que está correto e incorreto. E, mais uma vez, senhor Presidente, e sei que o senhor, há pouco, disse e acredito que o esteja a fazer porque é o mais correto possível, é ajustar tudo aquilo que esteja minimamente ou menos correto, mas o auditor continua na mesma com insuficiente informação prestada pelas concessionárias, acordos de execução, não dispõe do tal cadastro de ativos fixos tangíveis atualizado e devidamente detalhado, insuficiente informação para concluir sobre a razoabilidade dos saldos relacionados com subsídios de investimento, ou seja, ele salvaguarda-se. Também, informação obtida por parte dos advogados é insuficiente permitindo avaliar e concluir sobre eventuais responsabilidades que o Município possa vir a incorrer relativas a processos judiciais em curso. Senhor Presidente, aqui vocês contrataram um jurista, devia-vos ajudar mais nisto. Pelo menos, para que o revisor não viesse para aqui escrever e para nos responsabilizar a todos nesta assembleia. E, também, na opinião do ROC, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas em todos os aspetos materiais, de acordo com a norma contabilística 26 do SNC, para as demonstrações públicas, exceto quanto ao seguinte, e isto é importante: a receita cobrada, reconhecida, encontra-se subavaliada no montante de

€ 1 186 000,00 e, também diz o auditor, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, inclui reservas que poderão ter efeito sobre as demonstrações orçamentais de entidade e não nos foi possível validar a plenitude da informação que consta dos quadros, situação dos contratos, adjudicações por tipo de procedimento do anexo às demonstrações orçamentais. Senhor Presidente, eu gostava de saber aqui, uma vez que o membro do PS, há pouco, falou numa situação, há aqui alguns valores que, possivelmente, o Município nunca mais vai receber e, também, alguns que, diz aqui, que podem estar “em excesso”, nomeadamente, a receber € 440 000,00 e em excesso, portanto, € 442 000,00 e em excesso, € 1 186 000,00. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. José Carlos Sousa, tem a palavra.-----

José Sousa – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, público presente, comunicação social, a todos muito boa tarde. O que me traz aqui hoje é apenas para tentar ser esclarecido, pelo senhor Presidente da Câmara, o seguinte. No seguimento da minha intervenção, na última assembleia, o senhor Presidente respondeu o seguinte: que a União das Freguesias de Cedrim e Paradela tinha recebido, neste mandato, € 910 941,08. Tenho a dizer que é falso. Os valores cedidos neste mandato foram os seguintes: ano de 2022 – investimentos € 150 000,00, atividades € 8 000,00, materiais € 5 000,00; ano de 2023 – investimentos € 120 000,00, atividades € 8 000,00, materiais € 5 000,00; ano de 2024 – investimentos € 120 000,00 (ainda falta receber aí uma 40 ou 50 mil euros), atividades € 8 000,00, materiais € 5 000,00. Sabe quanto soma? € 429 000,00. Sabe quanto é que falta acrescentar nestes valores? Falta acrescentar € 60 000,00. É em quanto o senhor Presidente prejudicou a união de freguesias nos anos de 2023 e 2024. Senhor Presidente, não o vou chamar de mentiroso, mas vou-lhe dizer que faltou à verdade. Explique a todos os presentes nesta assembleia para que conta transferiu os € 481 941,08 em falta e os € 60 000,00 que tirou à união de freguesias nos dois últimos anos. Senhor Presidente, é apenas um alerta. Saúde, pior, muito pior, do que aquilo que tínhamos. Zonas industriais não se fez rigorosamente nada do que tínhamos há quatro anos. A única melhoria, pouco significativa, é o quiosque velho que existia no parque do Arruamento Novo da vila que foi colocado na zona industrial de Cedrim que, até ao momento, ninguém sabe para eu é que serve.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor deputado, permita-me interromper, mas está-se a desviar do assunto. Esse assunto não tem a ver com as contas. Faça o favor de se remeter ao assunto que temos em discussão.-----

José Sousa – Eu sei que não, mas era bom esclarecer e gostava que o senhor Presidente da Câmara me fizesse chegar a mim e, se calhar, a todos os membros da assembleia, um documento devidamente detalhado com as saídas do dinheiro da conta do Município e com entrada na conta da união de freguesias dos 900 e tal mil euros como referido. É tudo.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Não tenho aqui mais intervenções registadas. Diana Paiva, peço desculpa, não me tinham dado a sua inscrição. Tem a palavra.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Não sou técnica como o senhor David Alves, mas como alguém disse, a sua análise e bem aceite por todos nós devido, também, à sua especialidade. A prestação de contas é um documento no qual a Câmara demonstra de que forma executou aquilo a que se propôs no orçamento apresentado para aquele ano. O documento está bem estruturado e transparente em todos os pontos do trabalho da Câmara. Apraz-nos o facto de vermos uma evolução positiva do mesmo. Mais, ainda, pelo facto de verificarmos que a taxa de execução está acima dos 80%, o que revela o esforço e dedicação do senhor Presidente e dos seus vereadores. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Agora, sim, parece que não tenho a mais inscrições. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra se entender algum esclarecimento.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim. Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor David Alves, não tenho nada a acrescentar. O senhor percebe mais de contabilidade do que eu, portanto, não vou estar a dizer nada. Senhor António Dias, relativamente a algumas considerações que vez, nós entendemos que os auditores devem fazer a análise por amostragem. Eles colocaram que não tinham, para se salvaguardar, na nossa forma de pesar, sem justificação, porque, provavelmente, queriam ter acesso a todos os processos e eu acho que não é assim que as coisas funcionam, até porque, nunca funcionou, até agora, assim, portanto, foi com alguma surpresa que nós vimos isso e transmitimos essas considerações. De qualquer forma, a Câmara Municipal teve uma evolução muito positiva das contas. Tem um equilíbrio orçamental invejável. Uma capacidade de financiamento também invejável e o resultado operacional de 2 milhões de euros traduz precisamente isso. Senhor José Sousa, foi enviado um esclarecimento – eu não vou estar aqui a insultá-lo como o senhor me fez. Não faz parte da minha educação isso – onde esclarece muito bem todos os valores que foram pagos. Em 2021 o total de valores transferidos foi € 187 738,00, em 2022 € 254 008,00, em 2023 € 116 503,00, em 2024 € 227 135,27. Em janeiro, foi-lhe transmitido € 13 386,92, em fevereiro foi-lhe transferido € 6 186,92 e em março € 14 952,05. Isto dá um total de € 819 911,06, sendo que estes foram valores efetivamente transferidos. Os restantes a que eu me referia têm a ver com valores protocolados, como o próprio senhor disse, ainda falta transferir € 50 000,00 e eu tinha referido aos valores protocolados. Estes valores foram enviados. Peço que sejam enviados para todos os membros da assembleia municipal, se o senhor Presidente fizer esse favor. Mas, gostava de lhe dizer mais uma coisa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está-se a referir aos documentos que me chegaram ontem ao final da tarde?-----

Presidente da Câmara Municipal – Exatamente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Já foram enviados.-----

Presidente da Câmara Municipal – Se já foram enviados, julgo que não haverá dúvidas.-

Presidente da Assembleia Municipal – Penso que foram enviados, pelo menos tenho essa informação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Os documentos não foram elaborados por mim. Foram elaborados pelos serviços.-----

José Sousa falou do lugar (inaudível)-----

Presidente da Câmara Municipal – Então, está a chamar de mentiroso também aos técnicos do Município. Muito bem, fica-lhe bem isso. Só lhe quero dizer mais uma coisa que o senhor fez na última assembleia municipal em que disse que a Câmara Municipal não era uma pessoa de bem, alegando que a Câmara Municipal não lhe teria pago uma verba, há mais de dois anos, relativa à água. Posso dizer que desconhecia essa situação, depois pedi esclarecimentos e aquilo que me foi prestado foi o seguinte: no que respeita aos valores recebidos da AdRA, esclarece que, nos termos do n.º 4 da Cláusula I do protocolo de cedência das infraestruturas e exploração de água celebrado entre a União das Freguesias de Cedrim e Paradela e o Município de Sever do Vouga, o município tem a obrigação de efetuar a transferência do valor quando realiza a venda da água, não existindo datas pré-estabelecidas para esse efeito. O município recebeu esse valor a 30 de dezembro de 2024, tendo executado a transferência do mesmo a 11 de fevereiro de 2025. Eu podia acreditar que tivesse havido alguma confusão da sua parte, mas garantiram-me que o senhor tinha conhecimento disto, portanto, lamento as suas declarações. Muito obrigado.-- O órgão deliberativo aprovou, por maioria, os documentos da Prestação de Contas de 2024, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Dezanove votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Lemos, Maria Oliveira, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Seis abstenções – António Dias, David Alves, Iolanda Matos, João Oliveira, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Um voto contra – José Sousa.-----

António Dias apresentou a seguinte declaração de voto: “*Voto abstenção, devido às reservas do auditor na certificação legal de contas/relatório de auditoria*”.-----

O membro **Maria Pereira** não participou na votação deste ponto, por já não se encontrar presente na sessão.-----

3.4 Inventário e Cadastro em 31-12-2024: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município. O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas um pedido. Pedia, também, que fosse enviado a todos os membros da assembleia municipal os protocolos celebrados com a União das Freguesias de Cedrim e Paradela onde está *ipsis verbis* escrito e assinado pelo senhor Presidente da Junta o valor transferido.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor o que pretender, sabe bem que as normas são assim, que comunique aos elementos da assembleia municipal, faz-me chegar e eu transmito. É essa a minha obrigação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, eu sinceramente, já pedi, portanto, tenho a certeza que chegarão junto dos membros.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se já enviou é porque já foi remetido.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não enviei. Vou pedir agora para enviar. E depois fico à espera do pedido de desculpas do senhor José Sousa. Renovo os cumprimentos iniciais. Pese embora os esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados, ainda não foi possível garantir a apresentação do inventário e cadastro nos termos que desejamos. Continuaremos a dar meios aos serviços para que esta situação venha a melhorar para um nível de excelência. Isto tem a ver com a contratação da empresa, no final do ano, para ver se, de uma vez por todas, retiramos esta alínea.-----

A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação constantes na documentação disponibilizada pelos serviços. -----

3.5 Mapa de Pessoal de 2025 – 1ª Alteração: - A Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2025:-----

1. A criação de um posto de trabalho de um técnico superior, com licenciatura em psicologia, afeto ao Gabinete de Ação Social e Saúde, em regime de contrato de trabalho a termo certo;-----

2. A criação de um posto de trabalho de um técnico superior, afeto ao Gabinete de Comunicação e Imagem, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;-----

Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Renovo os cumprimentos iniciais. Devido a candidaturas realizadas e à melhoria da organização dos serviços, mostra-se necessária a criação de um posto de trabalho de um técnico superior, com licenciatura em psicologia, afeto ao Gabinete de Ação Social e Saúde. A nossa técnica, a Dr.ª Sara, encontra-se em comissão de serviço, no Tribunal em Aveiro, portanto, o lugar fica reservado para ela. Este lugar é dela durante o período de comissão de serviço, sendo obrigatório criar um novo lugar para que, entretanto, venha alguém substituir, pelo menos, durante o período em que a Dr.ª Sara estiver fora, durante estes três anos. E, também, a criação de um posto de trabalho de um técnico superior, afeto ao Gabinete de Comunicação e Imagem.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por unanimidade, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2025.-----

Os membros **Fernando Rodrigues** e **Maria Pereira** não participaram na votação deste ponto, por já não se encontrarem presentes na sessão.-----

3.6 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 8ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2025.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Renovo os cumprimentos iniciais. Tem a ver com o concurso deserto do centro de recolha oficial animal, pela segunda vez, portanto, vamos lançar uma terceira vez e vamos tentar que, desta vez, possa finalmente ter um interessado e, para isso, é necessário fazer esta alteração modificativa.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 8ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025.-----

Vinte e cinco votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Maria Oliveira, Renata Marques, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

O membro **Maria Pereira** não participou na votação deste ponto, por já não se encontrar presente na sessão.-----

Os membros **Fernando Rodrigues** e **Maria Pereira** não participaram na votação deste ponto, por já não se encontrarem presentes na sessão.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Francisco António Pimentel, residente em Silva Escura, cumprimentou os presentes, dizendo ser um prazer estar ali, e apresentou um agradecimento ao Presidente da Câmara pelo melhoramento que fez na aldeia do Folharido.-----

Marta Lúcia da Silva Sousa Batista, residente em Talhadas, cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção com a apresentação de um pedido de desculpas, uma vez que, na última sessão, tinha solicitado fazer uma nova intervenção quando tal já não lhe era permitido. Referiu que a sessão realizada em fevereiro lhe tinha causado alguma estupefação e que tudo tinha começado com um convite que endereçou às pessoas e a estrada da Vide – uma estrada que disse estar há mais de 20 anos à espera de resolução e que era um problema herdado e transversal aos vários executivos que, até hoje, permanecia sem resposta. Disse não deixar de ser curioso que, perante tamanha inércia por parte dos diferentes executivos, o foco da sua intervenção se tivesse desviado repentinamente para a obra da estrada das Arcas. Afirmou que, na sessão de fevereiro, o Presidente da Câmara Municipal tinha responsabilizado o Presidente Junta de Freguesia Talhadas, num ataque feroz, pelos danos e custos relacionados com a obra em questão. Disse querer compreender como se tinha chegado a tal conclusão e que talvez se tratasse de um novo modelo de financiamento das obras públicas da Câmara Municipal de Sever do Vouga, pois só assim se explicava que, não sendo ela Marta Batista, nem o António Dias, proprietários de qualquer imóvel na referida estrada, estivessem a ser associados a uma responsabilidade que, além de injusta, era completamente absurda. Esclareceu que, tal como o Presidente da Câmara Municipal, também ela tinha uma família – uma família completa com sentimentos, sentido crítico e acesso às redes sociais e, tal como as filhas dele, as suas filhas também tinham questionado as palavras por ele proferidas, que tinha deixado mais dúvidas do que respostas. Referiu que as suas filhas, pequenas jovens

adolescentes, tinham dito que existia uma pequena diferença – existia uma pessoa que era um indivíduo, que se chamava António Dias, que era um cidadão comum e existia uma pessoa que era o Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, que representava aquela instituição e que prestava, tal como o executivo camarário, contas pela mesma. Sugeriu que o Presidente da Câmara Municipal tivesse um pouco mais de cuidado com as afirmações que fazia e a forma como se dirigia aos seus colegas, aos seus pares que representavam as instituições, nomeadamente as juntas de freguesia ou, até mesmo, as pessoas que trabalhavam consigo no executivo. Sendo véspera do 25 de Abril, mencionou o facto de ter sido realizada uma sessão extraordinária, naquela assembleia, no ano passado, a propósito dos 50 anos daquela data, onde as intervenções tinham sido muito variadas e, como convém à democracia, tinham tocado várias dimensões, tendo uma, em particular, lhe marcado, que foi a da Dr.^a Diana Paiva do PSD sobre o papel da mulher antes e depois do 25 de Abril. Disse que essa intervenção os recordou a todos que, há não muito tempo, uma mulher precisava da autorização do governo para casar com alguém com menos habilitações e que votar era um privilégio restrito, sendo que, felizmente, se tinha deixado de viver nesse tempo, ou assim pensava, porque quando via a forma como se tentava desvalorizar muitas vezes as vozes femininas naquela assembleia e nos arredores, quer fosse pelas insinuações dos textos que ali se liam e que, muitas vezes, se comentava que poderiam ter sido escritos por terceiros, quer fosse por tentar boicotar eleições para alguns órgãos, por exemplo, ou até mesmo convocar e desconvocar para reuniões, o que a fazia pensar se estariam mesmo tão distantes daqueles dias do antes do 25 de Abril. Disse lamentar desiludir alguns, mas que tinha a informá-los de que, felizmente, sabia pensar por si própria, que antes de casar já tinha percorrido alguma parte do mundo, já tinha tirado um curso superior e até tinha um vencimento superior ao rapaz que se veio a tornar seu marido. Afirmou falar com a sua voz, aquela que, por vezes, incomodava muita gente. Disse não ter colocado nenhuma questão, para que ficasse bem claro, mas que gostaria novamente de endereçar a todos um convite para irem a Talhadas, no próximo sábado, às 09:30, junto da igreja, para ouvirem as histórias e desfrutar das rotas das pedreirinhas – um projeto de parceria dos baldios de Talhadas com a Inditex, para quem não conhecia, o grupo que gere a Zara e outras empresas associadas, e a Associação Florestal do Baixo Vouga.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. E obrigado pelo convite. Eu penso que não há questões a colocar e nenhuma questão foi colocada ao senhor Presidente da Câmara, portanto, vamos dar por encerrada...-----

Presidente da Câmara Municipal – Não tem nada a ver com a dona Marta Batista que, curiosamente, partilhei com ela a viagem para Zamora vou-lhe dizer uma coisa. Nunca pensei que fosse tão simpática. Está aqui um elogio que lhe faço. O que eu queria dizer era só o seguinte: está aqui o Gaspar, isto não tem a ver com a assembleia municipal, mas aproveitando...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se não tem a ver, nós estamos cá para outras coisas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Está aqui o Gaspar que vai organizar o primeiro encontro internacional de pacotes de açúcar em Sever do Vouga que gostaria de falar com os senhores presidentes de Junta. Ficam convidados amanhã para o hastear das bandeiras e, naturalmente, para participarem connosco na feira quinhentista. E a abertura da estrada da Arrôta que abre amanhã.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente, pelo convite.- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----